



# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



## TEKO PORÃ: DIREITOS HUMANOS E PRÁTICAS DE PAZ

Área temática: Direitos Humanos e Justiça

Marta Cristina Meirelles Ortiz<sup>1</sup>; Eduardo de Carvalho Martins<sup>1</sup>; Luiz Henrique Passador<sup>1</sup>; Juliana de Menezes Almeida<sup>1</sup>; Mariana Aparecida de Araújo Almeida<sup>1</sup>; Raphael Souto Morais<sup>1</sup>; Cláudia Perin Spinoza<sup>1</sup>; Gabriela Grilli Pereira<sup>1</sup>; Katiane Soares Labela<sup>1</sup>; Jacqueline Paiva Magalhães<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

### Resumo

O presente programa é norteado pela premissa de que o conflito é um aspecto importante que compõe as relações sociais e que a paz não está relacionada à passividade ou submissão. Pelo contrário, são necessárias ações concretas, cooperativas e simétricas que visam a transformação de sujeitos e relações. O problema que se configura é como proporcionar uma convivência pacífica quando uma das partes do conflito é um sujeito ou uma comunidade que não tem acesso às condições básicas que lhe garantam o direito à vida e ao desenvolvimento. Essa condição se mostra suscetível à fragilização de relações e ao surgimento de confrontos que levam à desintegração dos sentidos de cooperação, confiança e segurança no convívio social. Dessa forma, o programa propõe uma concepção de *paz* que inclui, como prioridade e como norte, ações que garantam o direito à vida e às condições necessárias para a existência de singularidades sociais, culturais e subjetivas.

O programa Práticas de Paz e Direitos Humanos tem desenvolvido no último ano, por meio de parcerias com instituições com finalidades convergentes com a proposta, atividades como grupo de estudos e pesquisa sobre as temáticas Cultura de Paz e Direitos Humanos, oficina de Fundamentos em Justiça Restaurativa, evento sobre Racismo, entre outras.

Justiça Comunitária; Direitos Humanos; Transformação de Conflitos.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

## 07 a 09 de setembro de 2016



### 1. Introdução

O programa nasceu em março de 2015, a partir de sugestões dadas por estagiários do curso de Psicologia da UNIFESP, com base em sua experiência no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) do município de São Vicente, fundado em 1º de março de 2013, sob a coordenação da juíza Vanessa Aufiero da Rocha. Eles apontaram que seria interessante proporcionar um aprofundamento das práticas realizadas para além do âmbito do estágio, por meio de uma atuação interdisciplinar e inster institucional.

Desde sua concepção, o programa parte da premissa de que relações sociais pacíficas não são marcadas pela ausência de conflitos, mas são constituídas por eles. Práticas de paz seriam, portanto, práticas que permitem a continuidade da convivência apesar dos conflitos.

Mas como proporcionar uma convivência pacífica quando uma das partes do conflito é um sujeito ou uma comunidade que não tem acesso às condições básicas que lhe garantam o direito à vida e ao desenvolvimento?

Quando fere-se a integridade dos direitos de um sujeito, ou de uma população, temos uma conseqüente fragilização de relações e uma suscetibilidade maior ao surgimento de confrontos que levam à desintegração dos sentidos de cooperação, confiança e segurança no convívio social. Dessa forma, o programa propõe uma concepção de *paz* que inclui, como prioridade e como norte, ações que garantam o direito à vida e às condições necessárias para a existência de singularidades sociais, culturais e subjetivas. Isso pode ser expresso, em parte, pelo conjunto das diretrizes internacionais voltadas para os Direitos Humanos e por políticas públicas que promovem esses direitos de modo equitativo, bem como práticas autocompositivas de transformação de conflitos e responsabilização coletiva pela reparação de danos e superação da lógica punitiva, que se faz predominante nas relações sociais.

Os termos Direitos Humanos e Cultura de Paz têm motivado intensos debates, não se encontrando, tanto no imaginário social quanto na literatura especializada, definições e fundamentações homogêneas (SANTOS, 2009). O programa Teko-Porã se alinha a autores que procuram discutir politicamente os conceitos de Cultura de Paz e Direitos humanos,

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

## 07 a 09 de setembro de 2016



posicionando-se contra abordagens essencialistas e a-históricas. A concepção de “paz” que se defende não está relacionada à submissão ou passividade, mas a ações cooperativas e simétricas que visam a transformação de sujeitos e relações (BOONEN, 2011; CDHEP, 2014; LEDERACH, 2012; SCHNITMAN & LITTLEJOHN, 1999; SÉMELIN, 2001; VIEIRA, 2014; ZEHR, 2012).

Considerando que a condição humana, por seu próprio caráter, produz desigualdades entre os indivíduos e as sociedades que levariam aos conflitos entre eles existentes, o historiador espanhol Francisco Muñoz (2001) afirma a necessidade de cada sociedade criar soluções próprias para a regulação destes conflitos, o que se reflete nas instituições, na cultura e, em especial, no sistema de regras que as regem e que, na prática, não dão a todas as categorias de pessoas os mesmos direitos e obrigações. Aqui a diversidade de condições físicas, habilidades, conhecimentos, sabedoria podem dar lugar a desigualdades econômicas e sociais.

Partindo da fenomenologia da paz, o autor propõe um conceito de “paz imperfeita”, sob o qual se poderiam agrupar todas as experiências e instâncias em que ocorreram regulações pacíficas dos conflitos, ou nas quais indivíduos e/ou grupos humanos optaram voluntariamente por facilitar a satisfação das necessidades dos outros para que uma difícil, mas necessária, convivência fosse possível.

A paz imperfeita seria ainda a “categoria analítica” que definiria todos esses fenômenos singulares, rompendo com concepções utópicas, inalcançáveis de imediato. Ela ajudaria a reconhecer nas práticas pacíficas, onde quer que elas ocorram, os pequenos fatos que apontam para uma paz maior e mais ampla e, ainda, a planejar futuros conflitivos e sempre incompletos. (MUNÓZ, 2001, p. 11). Finalmente, esse enfoque aponta para a possibilidade de pensar a paz como processo, não como objetivo teleológico, mas com pressuposto que se reconhece e se constrói cotidianamente.

Nessa perspectiva é que o Programa procura se aproximar de instituições onde práticas como a mediação, a conciliação e a justiça restaurativa vêm se desenvolvendo, tais como o Centro Judiciário de Solução de Conflitos (CEJUSC) e o Juizado Especial Criminal (JECRIM), ambos do município de São Vicente-SP. Os CEJUSCs são unidades do poder Judiciário, resultado da implantação do Núcleo Permanente de Métodos

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

Consensuais de Resolução de Conflitos (NUPEMEC), que surge como estratégia de efetivação da resolução nº 125 de 29 de novembro de 2010, editada pelo Conselho Nacional de Justiça. Essa diretriz torna obrigatória a oferta, por parte de todos os Tribunais de Justiça da União, de modos alternativos, ou tratamentos adequados de resolução de conflitos, especialmente os autocompositivos – mediação e conciliação –, bem como a prestação de atendimento e orientação aos cidadãos com relação a questões judiciais.

É a partir de tais perspectivas teóricas e parcerias que o programa procura oferecer a alunos dos diversos cursos de graduação da UNIFESP Baixada Santista – Ciências do Mar, Educação Física, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional – e à comunidade externa à Universidad, a aproximação com ações e discussões teóricas aprofundadas acerca do universo temático principal do programa, estudos, eventos e projetos voltados para a realidade social brasileira, especialmente no que se refere a questões emergentes no município base – São Vicente – e na Baixada Santista de modo geral. Com isso, pretende-se:

- Introduzir, no Campus Baixada Santista da UNIFESP, os Estudos da Paz e Direitos Humanos;
- Promover a aproximação dos estudantes às práticas de promoção da Paz por meio do contato com as atividades e projetos extra-judiciários e judiciários voltados para a transformação de conflitos;
- Proporcionar, aos alunos e à comunidade, treinamento em prevenção e resolução de conflitos por meio de oficinas de mediação e práticas de justiça restaurativa;
- Capacitar estudantes como multiplicadores da Cultura de Paz no contexto das relações que se dão na sociedade, nas comunidades e na instituição universitária, preparando-os para atuarem como agentes de paz em sua prática profissional específica.

A seguir passamos a relatar como têm se desenvolvido as práticas dos extensionistas com base na proposta original.

## 2. Desenvolvimento

No início de 2015, com a primeira seleção de extensionistas, iniciamos as seguintes atividades:

- Criação de um grupo de estudos e de pesquisa bibliográfica em torno das temáticas relativas à cultura de paz, educação para a paz, direitos humanos,

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

violência e resolução de conflitos. O objetivo é o de instrumentalizar teoricamente o grupo com aprofundamento acerca de trabalhos relevantes de autores nacionais e internacionais que possam suscitar reflexões acerca dos fundamentos e práticas existentes na área. Os encontros desse grupo são quinzenais e têm a duração de duas horas, estando abertos a outros interessados da comunidade universitária em geral, bem como de fora da universidade.

- Encontros e visitas presenciais no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC – de São Vicente. Tal estratégia tem como objetivo o contato com práticas de prevenção e resolução de conflitos promovidos por esta instituição, bem como a participação em algumas delas.
- Capacitação da equipe de execução do programa (docente, técnica e discente), juntamente com gestores de escolas públicas e integrantes da Rede de Garantia de Direitos do Município de São Vicente, em práticas de Justiça Restaurativa.
- Elaboração de um *blog* denominado Teko-Porã, dedicado à promoção de práticas de paz, com intuito de divulgar saberes, ações e iniciativas relacionadas com a cultura de paz, em especial – mas não somente – aqueles da região de São Vicente.

No segundo semestre de 2015, concomitantemente com as atividades no CEJUSC, houve uma aproximação entre o programa de extensão e o Juizado Especial Criminal (JECRIM) de São Vicente, por meio do contato com a juíza Fernanda de Carvalho. O objetivo inicial dessa aproximação, seria a promoção de uma formação para pessoas da extensão e da comunidade em Justiça Restaurativa, de modo que essas pessoas pudessem atuar dentro do próprio JECRIM, na triagem e no atendimento aos usuários do equipamento. Entretanto, percebeu-se que seria possível viabilizar uma estratégia muito mais potente se essa formação tivesse um caráter mais independente do Judiciário e fosse desenvolvida na comunidade, e por membros desta, de forma autônoma. Uma das possibilidades decorrentes dessa escolha estratégica foi a opção por uma capacitação de agentes da própria comunidade para a resolução de conflitos ao largo da instituição judiciária, que passaria a ser envolvida apenas em casos em que fosse realmente necessária.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:



# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

## 07 a 09 de setembro de 2016



Dessa forma, em março, abril e maio de 2016, por meio do financiamento oferecido pelo Juizado Especial Criminal de São Vicente/SP, foi realizada a formação de facilitadores em práticas restaurativas. Esta contou já com a entrada de novos extensionistas dos cursos de Serviço Social e Psicologia, antigos extensionistas, técnicos e professores da UNIFESP, além de atores importantes da comunidade (como será melhor descrito a seguir), membros do Conselho Tutelar, do CMDCA, da Delegacia Regional de Ensino e técnicos e facilitadores do Juizado Especial Criminal. A oficina foi ministrada pelo Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo. A metodologia introduzida pelo CDHEP é denominada Escola de Perdão e Reconciliação (ESPERE), desenvolvida pela *Fundación para la Reconciliación* de Bogotá, Colômbia.

Um diferencial no projeto é a definição do público-alvo, que é a comunidade da Área Continental de São Vicente, correspondente a uma parcela considerável do público atendido pelo JECRIM, sendo a população que apresenta maior vulnerabilidade social no município. Nessa perspectiva, começamos a pensar em potenciais colaboradores para formar uma rede que tornasse possível tal projeto. Deste modo, surgiu a parceria com a Centro Camará de Pesquisa e Apoio à Infância e Adolescência, que atua há anos em São Vicente, na Área Continental e Vila Margarida.

A formação aconteceu por meio de oficinas nas quais foram utilizadas dinâmicas grupais e se trabalhou principalmente a ressignificação subjetiva de situações violentas vividas no passado, propondo-se a “(...) *atingir as dimensões cognitivas, emocionais, espirituais e comportamentais em uma dinâmica de crescente envolvimento do grupo*” (BOONEN, 2011. fl 197). A atividade grupal também possibilita a reflexão sobre as relações de poder presentes nos conflitos, o questionamento sobre o papel da vingança e da punição na sociedade, a alfabetização emocional para a compreensão da violência – própria e do outro – e a comunicação assertiva.

Desse modo, a primeira parte da formação – Fundamentos da Justiça Restaurativa para atores de equipamentos e coletivos parceiros – aconteceu em três finais de semana – 09 e 10 de abril, 30 de abril e 1º de maio e 14 de maio de 2016 – somando 30 horas. Fizeram parte, como já dito, extensionistas, técnicos e professores da UNIFESP, mas o enfoque principal da formação era constituir uma rede de membros da comunidade. Dessa

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

forma, as vagas do projeto se destinaram prioritariamente a adolescentes e pais participantes do Projeto Camará e, como dito anteriormente, membros do Conselho Tutelar, do CMDCA, da Delegacia Regional de Ensino e técnicos e facilitadores do Juizado Especial Criminal.

Como continuação, estão ainda previstas oficinas de Formação em Práticas de Justiça Restaurativa para construção de equipes de trabalho nos territórios – 40 horas – e 21 horas de supervisão das atividades por parte do CDHEP.

Uma outra parceria importante para o Programa, dessa vez em Santos, tem sido com o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – subsele Baixada Santista e Vale do Ribeira, junto ao qual realizamos, no Campus Baixada Santista, no dia 30 de março, o evento “Racismo: da exclusão ao extermínio”. Nesse evento preparatório para o Congresso Nacional de Psicologia, estiveram presentes profissionais e representantes de diversos grupos e comunidades, entre os quais indígenas e militantes do movimento negro na Baixada Santista.

### 3. Conclusão

Os Estudos da Paz têm se desenvolvido notoriamente nos últimos tempos. Notamos que há um movimento internacional voltado para a elaboração e aprimoramento das chamadas práticas de paz (como mediação e justiça restaurativa). Todavia, este ainda é um campo em desenvolvimento que se mostra muito potente.

Nesse sentido, a Universidade tem um papel importante na promoção de práticas de paz e Direitos Humanos, não apenas no âmbito acadêmico, mas na construção de parcerias com diversos setores da sociedade junto aos quais é possível desenvolver uma série de projetos de maior abrangência, como oficinas, cursos, eventos e grupos de estudo e pesquisa. Por meio deles, estudantes, docentes e técnicos se integram à comunidade na construção de políticas mais amplas e de saberes transdisciplinares, o que acrescenta à formação profissional e à pesquisa uma possibilidade inovadora e uma perspectiva de cidadania participante nos destinos da sociedade.

Em nosso projeto, consideramos que o envolvimento da comunidade é fundamental e que esta não é meramente um cenário no qual desenvolvemos atividades, mas sim um

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

local onde estabelecemos parcerias ativas, articulamos ideias e novos projetos. Dessa forma, a comunidade se torna sujeito da ação, numa articulação transdisciplinar, interinstitucional e intersetorial que tem se mostrado potente na composição de políticas e movimentos de intervenção.

Outro aspecto a ser ressaltado foi a importância da parceria com o poder público que atua, não como agente de tutela, mas como apoiador da ação. Este foi o caso do JECRIM, que tem financiado a formação de facilitadores em Justiça Restaurativa por meio das Escolas de Perdão e Reparação coordenadas pelo CDHEP junto à Universidade e a uma organização fortemente enraizada no território, como é o caso do Centro Camará.

## 4. Referências

BOONEN, P. M. **A justiça restaurativa, um desafio para a educação**. 2011. 260 fls. Tese. Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação. São Paulo, 2011.

Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Campo Limpo – CDHEP. **Relatório Final do Projeto. Novas Metodologias de Justiça Restaurativa com Adolescentes e Jovens em Conflito com a Lei: Justiça Restaurativa Juvenil: conhecer, responsabilizar-se, restaurar**. São Paulo: CDHEP, 2014.

LEDERACH, J.P. **Transformação de conflitos**. São Paulo: Palas Athena, 2012.

MUÑOZ, F. A. La paz imperfecta en un universo em conflicto. In: MUÑOZ, F. A. (ed.). La paz imperfecta. Granada: Universidad de Granada, 2001.

PAVLICH, G. **Governing paradoxes of restorative justice**. Portland: Cavendish, 2005.

SANTOS, B. S. Direitos Humanos: o desafio da interculturalidade. **Revista Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, jun. 2009.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:







# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

SCHNITMAN, D.F.; LITTLEJOHN, S. (orgs.) **Novos paradigmas em mediação**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SÉMELIN, J. **A não-violência explicada às minhas filhas**. São Paulo: Via Lettera, 2001.

VIEIRA, V.B.F. **Um estudo sobre o percurso formativo das Escolas de Perdão e Reconciliação (ESPERE) e os fundamentos para uma Justiça Restaurativa**. 2014.171 fls. Dissertação. Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia. São Paulo, 2014.

ZEHR, H. **Justiça Restaurativa**. São Paulo: Palas Athena, 2012.

ZEHR, H. **Trocando as lentes**. São Paulo: Palas Athena, 2008.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO

